



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639161 - RS (2021/0005177-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CASSIA JULIANA VARGAS DORNELLES
ADVOGADO : CÁSSIA JULIANA VARGAS DORNELLES - RS094817
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LUCAS AUGUSTO DA SILVA GONSALEZ (PRESO)
CORRÉU : JULIO CEZAR ALVES BARBOSA
CORRÉU : DIOGO DA ROSA GONSALEZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS AUGUSTO DA SILVA GONSALEZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (70055996029 - CNJ: 0324229-87.2013.8.21.7000).

O paciente teve condenação confirmada pelo tribunal de origem em razão dos crimes previstos no art. 1º, I, 'a' e §4º, III da Lei 9.455/97 (duas vezes), art. 1º, I, 'a', da Lei 9.455/97, e art. 12 da Lei 10.826/03, à pena de reclusão de 10 anos em regime inicialmente fechado.

A impetrante sustenta que os crimes foram "praticados em curto lapso temporal, na mesma comarca, da mesma forma de execução, e com objetivos em comum" e, em razão disso, os crimes devem ser "considerados como único, devendo a pena aplicada ao crime continuado ser unificada ao se atender os requisitos do artigo 71 do CP" (fl. 6).

Requer a concessão da ordem para que "ocorra o reconhecimento da ficção jurídica denominada Continuidade Delitiva, na forma do artigo 71 do Código Penal" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência dessa Corte, "a via do *writ* somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena, quando não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e houver flagrante ilegalidade" (AgRg no HC

n. 551.007/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

A utilização do *mandamus* no caso dos autos é inadequada, ainda mais em plantão forense, quando o juízo é de cognição sumária. Nessa linha, quanto ao reconhecimento da continuidade delitiva, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, o acórdão acostado aos autos foi proferido em 2015 e não há notícia nos autos de que houve a interposição do respectivo recurso. Assim, utiliza-se o remédio constitucional como substituto da revisão criminal, o que não é aceito pelo STJ (AgRg no HC n. 527.681/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 30/9/2019).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente